



CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS, DE
PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO – CRSNSP



226ª Sessão

Recurso nº 7054

Processo Susep nº 15414.100011/2012-46

RECORRENTE: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

RECORRIDA: SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP

EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Deixar de adotar, no prazo fixado, as medidas determinadas pela Susep. Recurso conhecido e desprovido.

PENALIDADE ORIGINAL: Multa no valor de R\$ 26.000,00

BASE NORMATIVA: Art. 4º da Resolução CNSP nº 219/10 c/c artigo 88 do Decreto-Lei nº 73/66.

ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 5749/16. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, negar provimento ao recurso da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, nos termos do voto do Relator. Presente a advogada Dra. Livia Lapoente Peixoto, que sustentou oralmente em favor da recorrente, intervindo, nos termos do Regimento Interno deste Conselho, o Senhor Representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. José Eduardo de Araújo Duarte.

Participaram do julgamento os Conselheiros Ana Maria Melo Netto Oliveira, Paulo Antonio Costa de Almeida Penido, Carmen Diva Beltrão Monteiro, Marcelo Augusto Camacho Rocha, André Leal Faoro e Washington Luis Bezerra da Silva. Presentes os Senhores Representantes da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Drs. José Eduardo de Araújo Duarte e Agostinho do Nascimento Netto, a Secretária-Executiva, Senhora Cecília Vescovi de Aragão Brandão, e a Secretária-Executiva Adjunta, Senhora Theresa Christina Cunha Martins.

Sala das Sessões (RJ), 31 de março de 2016.


ANA MARIA MELO NETTO OLIVEIRA
Presidente


MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA
Relator



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS, DE
PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO

Recurso CRSNSP nº 7054

Processo SUSEP nº 15414.100011/2012-46

Recorrente: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

Recorrida: Superintendência de Seguros Privados – SUSEP

VOTO DO CONSELHEIRO RELATOR, REPRESENTANTE DA FENACOR
226ª Sessão de Julgamentos do CRSNSP

O recurso interposto é tempestivo e guarda os requisitos de admissibilidade, de forma a trazer o seu conhecimento.

Conforme já relatado, trata-se de Representação lavrada em face da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais sob a acusação de comercializar plano de Seguro de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário – Carga (RCTR-C), em desacordo com a Resolução CNSP nº 219/2010.

A Recorrente, uma vez mais, alegou que quando do protocolo das condições gerais do plano, em 17/06/2011, foi informado, incorretamente, o número do processo SUSEP. Nesse sentido, demonstrou a sua intenção quanto ao cumprimento da norma, além de tal fato não acarretar prejuízos à massa segurada, visto que as condições gerais encaminhadas aos clientes já estavam adaptadas à norma vigente. Ademais, alega que não houve prejuízo ao interesse público, já que não comercializou produto em desacordo com as normas vigentes e que a penalidade imposta fere o princípio da proporcionalidade.

Alegou, ainda que, quando recebeu a carta determinando a apresentação de resposta no prazo de 10 dias, sobre a não atualização do processo SUSEP 15414.001029/2005-37, protocolizou com o número adequado as mesmas condições inicialmente apresentadas com o número de processo SUSEP incorreto, ou seja, a intenção era atender à exigência da Autarquia e, em nenhum momento, quis causar qualquer prejuízo aos segurados.

Apesar dos argumentos apresentados pela Recorrente, o despacho do órgão técnico, acostado às fls. 59/60, é muito claro no seguinte sentido **“..., temos a esclarecer que as condições contratuais protocoladas para o processo SUSEP nº 15414.001029/2005-37 em 18/11/2011 diferem das condições apresentadas pela seguradora em sua defesa. Além disso, após análise das condições protocoladas à época, constatou-se que o produto ainda estava inadequado.”**



Portanto, além das divergências entre as condições gerais apresentadas em sua defesa em cotejo com aquelas apresentadas em 18/11/2011, quando da cobrança realizada pela SUSEP, estas últimas, não estavam adequadas à época. Assim, quer me parecer que o problema verificado não pode ser circunscrito apenas à eventual informação equivocada do número de Processo SUSEP visando adaptação de produto naquela Autarquia.

Quanto aos argumentos relacionados à ausência de intenção de descumprimento da norma, ou mesmo, de não prejuízo à massa segurada, entendo que não são aptos a afastar o cometimento da infração, a qual possui caráter objetivo. Ademais, a multa aplicada, prevista em norma, é razoável e proporcional ao fato apurado no presente procedimento administrativo sancionador.

Em relação às reincidências apuradas, a Recorrente alegou que elas não são cabíveis, pois só podem ser aplicadas quando restarem discutidos eventos da mesma natureza e após transitar em julgado a decisão de última instância administrativa. Por fim, citou que as reincidências decorrentes dos processos apontados tratam de "mero descumprimento contratual".

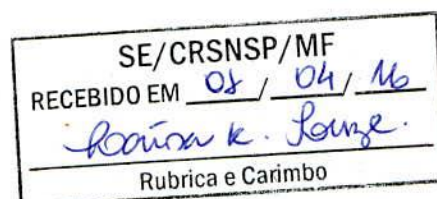
Não assiste razão à Recorrente. As reincidências apuradas pela Autarquia, informadas à fl. 13, tratam de não atendimento a solicitação da SUSEP, ou seja, possuem a mesma natureza da infração tratada neste procedimento administrativo sancionador.

No que toca o pedido de concessão da circunstância atenuante prevista no art. 53, inc. III, da Resolução CNSP nº 60/01, por ter providenciado o imediato protocolo de correspondência para informar o número do processo SUSEP correto, não há como se acolher esse pedido, pois, como fundamentado acima, o produto permaneceu sem a adaptação devida, independentemente da afirmação da Recorrente.

Ante o exposto, Voto pelo conhecimento do Recurso interposto pela Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, e pelo seu desprovimento, considerando os fatos e os fundamentos contidos no processo.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2016.

Marcelo Augusto Camacho Rocha
Conselheiro Relator, Representante da FENACOR





MINISTÉRIO DA FAZENDA

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS, DE
PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO – CRSNSP

Recurso CRSNSP nº 7054

Processo SUSEP nº 15414.100011/2012-46

Recorrente: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

Recorrida: Superintendência de Seguros Privados – SUSEP

RELATÓRIO

Trata-se de Representação lavrada em face da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais sob a acusação de comercializar plano de Seguro de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário – Carga (RCTR-C), em desacordo com a Resolução CNSP nº 219/2010.

A Seguradora foi intimada a alegar o que entendesse a bem de seus direitos, inclusive acerca das reincidências apuradas, tendo apresentado sua defesa em 06/02/2012 (fls. 22/47).

Em suma, alegou que (i) teria ocorrido um equívoco em relação ao Processo SUSEP utilizado para adequação das condições gerais, detectado quando a DIRET encaminhou a Carta SUSEP 556/2011, acompanhada do Parecer SUSEP 557/2011, e a partir daí o material de comercialização já estaria adaptado à Resolução CNSP nº 219/2010; (ii) deveria ser reconsiderado o motivo para formulação da presente representação, por não ter havido a intenção de desobedecer as regras e cometer a irregularidade; (iii) as reincidências devem ser afastadas, por não guardarem semelhança com a suposta infração; e, (iv) alternativamente, é merecedora de atenuante por haver cumprido a determinação contida na Carta COFIR/DIRET 556/11.

Entretanto, a Coordenação-Geral de Julgamentos, concordando com o relatório e os fundamentos do Parecer de fls. 61/64, julgou subsistente a representação, aplicando à infratora a sanção de multa prevista no artigo 5º, inciso III, alínea 'j', da Resolução CNSP nº 60/2001, considerando as reincidências apuradas, no valor de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais), conforme termo de julgamento acostado à fl. 68.

Devidamente intimada em 11/05/2015 (fl. 77), a Recorrente apresentou recurso a este Conselho em 10/06/2015 (fls. 78/91), repetindo os mesmos argumentos de defesa.

A área técnica da SUSEP, às fls. 94/95, ao analisar o teor do recurso, manifestou-se pelo seu conhecimento, visto que tempestivo, e que inexistentes fatos pelo qual pudesse ser reconsiderada a decisão. Ao final, propôs o envio do recurso para este E. Conselho.



Às fls. 98/100, a Representação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional junto a este E. Conselho manifestou-se nos termos de Parecer, com a Ementa seguinte: "Representação – Deixar de adotar, no prazo fixado, as medidas determinadas pela SUSEP. Infração confirmada. Recurso que deve ser desprovido."

É o relatório, relativo ao Recurso nº 7054, que encaminho à Secretária-Executiva do CRSNSP para as providências cabíveis.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2016.

Marcelo Augusto Camacho Rocha
Conselheiro Relator, Representante da FENACOR

Data: 18/2/2016

Rubrica: [Signature]

RECEBIDO
SE/CRSNSP/MF

1. The Service
of the
of the
of the

